

A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração**

1. O CONTEXTO: A REALIDADE PARTIDÁRIA PORTUGUESA DURANTE A REGENERAÇÃO

A individualização das características da actividade partidária durante os primeiros anos da Regeneração, ou seja, durante a década fundadora de 1850, exige que, preliminarmente, se estabeleçam os traços mais distintivos dos agrupamentos políticos do século XIX português, a que só por comodidade pode atribuir-se o nome de «partidos». Assim, o que é que, em termos genéricos, se apura da natureza e práticas das formações político-partidárias da Regeneração a partir do cruzamento dos discursos contemporâneos e da investigação historiográfica disponível?

Há uns anos atrás, Eduardo Lourenço estabeleceu com alguma acuidade a diferença essencial entre os partidos oitocentistas, por um lado, e os partidos do século XX, por outro, quer na época da República, quer na actualidade. Dizia ele que no século XIX «os partidos que acolhiam ou suscitavam as candidaturas das notabilidades eram estruturas dúcteis, clubes de limitada clientela fidelizada, que quase nada têm de comum nem com o sistema partidário característico da República, em que o factor ideológico aguça o

* Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP).

** O presente artigo resulta de uma reelaboração de parte do capítulo II da dissertação de mestrado do autor, complementada com outros elementos dispersos na parte central deste trabalho, intitulado *A Regeneração sob o Signo do Consenso (A Política e os Partidos entre 1851 e 1861)* e defendido na FCSH da Universidade Nova de Lisboa em Maio de 1997.

nível dos conflitos, nem naturalmente com o dos partidos de massas surgidos depois de 25 de Abril»¹. Mais recentemente, Rui Ramos chamou a atenção para a natureza específica dos agrupamentos políticos oitocentistas portugueses — que define como «redes de pessoas que tinham amizade umas pelas outras ou por alguém que tinha amizade por todos e que, por sua vez, dispunham de influência sobre o milhão de portugueses que tinham direito a voto» —, escrevendo: «Os partidos liberais não são os partidos de hoje. Correspondiam à mobilização política numa sociedade diferente e com objetivos diferentes².»

Do ponto de vista social, os partidos monárquicos não traduziam clivagens classistas, não autorizando, assim, modelos de leitura puramente sociológica. Como já por outros autores foi escrito, «é exacto que as lutas partidárias não expressam de um modo *directo* conflitos de classe, antes *aparecem* ligadas a uma distribuição de poder entre clientelas rivais»³. Os partidos monárquicos eram todos formados por «grupos de elites burgueso-aristocráticas»⁴. A partilha de uma mesma identidade social por parte dos membros das elites partidárias — reforçada por uma mesma cultura de hábitos e de espaços de sociabilidade — favorecia a aproximação entre os membros das elites políticas, com o decorrente efeito partidário de favorecer as imprecisões programáticas e a decorrente facilidade com que se cruzavam fronteiras e se mudava de campo na política oitocentista.

A circunscrição dos partidos a um círculo restrito de notáveis remete a sua leitura para um nível mais predominantemente político. Em resultado, são já hoje tidas por insuficientes as leituras de tipo mais determinista do género da de António Pinto Ravara, por exemplo, que ligava o carácter fechado, oligárquico e elitista dos partidos de então a um pressuposto «atraso económico e sócio-cultural português face a países como os do Norte da Europa», ou, por outras palavras, à fase «ainda incipiente do capitalismo no Portugal de então»⁵. Todavia, também não deixa de ser verdade que factores extrapolíticos, como a compartimentação regional do país e, sobretudo, o

¹ Eduardo Lourenço, «Classe política e crise de representação», in *Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica*, n.º 8, Lisboa, Fundação José Fontana, 1991, p. 18.

² Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 115.

³ José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901», in *Análise Social*, n.ºs 72-74, Lisboa, 1982, p. 670 (itálico dos autores).

⁴ António Pinto Ravara, «Os partidos políticos liberais na 'primeira fase do rotativismo parlamentar' (1851-1865)», in *Análise Social*, n.º 46, Lisboa, 1976, p. 367.

⁵ Id., *ibid.*, p. 367. Nos anos 70 era este o padrão interpretativo dominante — o atraso partidário era um subefeito do atraso sócio-económico geral do país (cf., por exemplo, Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1976).

analfabetismo⁶, terão contribuído para um geral alheamento, despolitização e indiferentismo do «país real» face aos acontecimentos no «país legal», facto numericamente comprovável nas elevadas taxas de abstencionismo eleitoral do século passado⁷.

Do ponto de vista de um quadro genérico descritivo das formações partidárias do período da Regeneração, é líquido que elas se revestiam de um carácter de clubes de notáveis, revelando um rudimentar processo de individualização, estruturação e implantação à escala do país, embora os anos 70 e 80 tenham revelado alguma dinâmica de mudança, sobretudo por parte do Partido Progressista, surgido em 1876, em resultado da reconfiguração da esquerda monárquica, ou seja, da junção dos Partidos Histórico e Reformista.

Eram, portanto, estruturas organizativas bastante informais, construídas a partir de cima e prioritariamente vocacionadas para a luta eleitoral e para a formação de blocos de apoio ou de oposição aos governos no interior do parlamento. Nessa condição, tratava-se de agrupamentos que reforçavam o «isolamento» relativo do mundo da política face ao geral do país, por não apostarem numa implantação social e geográfica mais alargada e por não se afirmarem como verdadeiros instrumentos de modelação e representação da opinião pública. Este como que autofechamento estava de acordo com uma deliberada atitude característica dos políticos do tempo, que confiavam mais nos círculos chegados de parentesco, amizade e influência do que em organizações partidárias formais e «extensivas» para manterem as suas margens de poder.

Até à época da massificação, visível sobretudo nas grandes cidades na transição para o século XX, a persistência dos localismos políticos e da «economia» clientelar de troca — de benesses, de favores, de amizades — sabotou toda e qualquer esperança (se é que ela existiu) de conferir aos partidos uma maior homogeneidade e carácter inovador, tanto no plano organizativo como no plano programático. Princípios de governo e programas doutrinários, pública e continuamente sustentados, bem como máquinas organizativas complexas e estáveis, são outras tantas miragens actuais geralmente inaplicáveis à realidade partidária do século passado. E inaplicáveis, fundamentalmente, porque o seu objectivo era menos a mediação entre a

⁶ De acordo com Jaime Reis, ainda em 1864 a taxa de analfabetismo em Portugal ascendia a 88%, pelo que não é exagero afirmar-se que os Portugueses, «na sua maior parte, estavam totalmente arredados do contacto com a palavra, tanto escrita como lida» («O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação», in *Nova Economia em Portugal. Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*, Lisboa, Faculdade de Economia da UNL, 1989, pp. 98-99).

⁷ Segundo Pedro Tavares de Almeida, o *ratio* entre eleitores e votantes revela taxas de participação eleitoral moderadas, indicação que sugere «não ter existido uma dinâmica muito intensa e generalizada de mobilização do eleitorado» [*Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, p. 143].

sociedade e o governo e mais a autoperpetuação no restrito círculo do poder de um círculo mais ou menos alargado de notáveis. Nas palavras de Vítor Sérgio Quaresma, os partidos oitocentistas eram «estruturas organizativas de origem interna ou parlamentar, dinamizadas das cúpulas para a base, com a finalidade de participarem no exercício governativo, menosprezando o objectivo de representação política global da nação»⁸.

A nação liberal, a «opinião pública», eram entidades puramente abstractas, referenciais externos ou simbólicos, que serviam para aconchegar *passivamente* a legitimidade do regime, e não para a sancionar *activamente*. Numa descrição pitoresca desta falta de correspondência, ou de ligação, entre os círculos da política e a sociedade em geral, poder-se-ia dizer que, «ao nível fruste que era o das relações entre o eleitor ignaro e o Senhor Conselheiro, ele sentia-se representado, não por identificação com qualquer coisa da ordem de um programa político e de fins mais altos do Estado, mas pelo simples facto de poder recorrer a ele para a solução de algum problema grave»⁹. Para o anónimo e colectivo zé-povinho, a política e os partidos estavam ao largo, porque o Estado só lhe batia à porta na figura do juiz, do imposto ou da chamada para o serviço militar.

A fluidez dos conteúdos programáticos e a informalidade organizativa interna dos partidos oitocentistas conferiam-lhes uma distintiva marca de amadorismo, ou diletantismo administrativo (para empregar termos weberianos). O conceito moderno de máquina burocrática é um anacronismo quando aplicado ao panorama da época. O comum das formações partidárias circunscrevia-se a um núcleo central, formado casuisticamente por agregação de personalidades em torno de um líder, que se fazia ouvir através de um ou outro órgão de imprensa, praticamente lido apenas nos grandes centros urbanos, e que se fazia representar fora de Lisboa através das redes do caciquismo. *In limine*, os partidos oitocentistas não passavam, substancialmente, de «grupos de amigos, com um chefe e um lugar onde se reuniam para cavaquear e combinar eleições»¹⁰.

Este quadro traçado não diferia substancialmente, numa perspectiva de história comparada, do apurado para a vizinha Espanha. Depois de superada a instabilidade político-institucional característica do chamado período do «parlamentarismo pretoriano»¹¹ dos anos 40, também em Espanha a segunda metade do século XIX seria dominada por um sistema político de neutralização ideológica «transformista», baseado numa estrutura social censitária e

⁸ Vítor Sérgio Quaresma, *A «Regeneração». Economia e Sociedade*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1988, p. 100.

⁹ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, pp. 18-19.

¹⁰ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 116.

¹¹ A expressão é utilizada, entre outros autores, por Raymond Carr na sua obra *Spain, 1808-1975*, Oxford, Clarendon Press, 1991.

elitista, onde avultava a prática da fraude caciquisto-eleitoral, a desmobilização e abstencionismo do eleitorado e a preponderância dos «partidos de notáveis». A definição da natureza dos partidos oitocentistas espanhóis seria perfeitamente aplicável a Portugal. Varela Ortega encara-os como sendo «compostos por organizações locais independentes vinculadas a um cacique ou chefe local. Estes vinculavam-se a um cacique, ou chefe provincial do partido, que, por sua vez, estabelecia uma organização caciquista com quem fazia de chefe regional do partido; assim se formava uma estrutura piramidal com nexos descontínuos; o cacique dos caciques era o chefe do partido»¹². Em suma, as formações partidárias seriam como que conglomerados de facções ou pequenas clientelas «mais interessadas em favores pessoais que em compromissos ideológicos [...] que só de uma maneira muito ténue se encontravam vinculadas a uma máquina centralizada de partido»¹³.

Ainda que bastante fluido e informal, é possível reconstituir, nos seus traços gerais, o modelo de organização das formações partidárias oitocentistas em Portugal. O seu processo de constituição «foi lento, tendendo a cristalizar, de modo mais nítido, a partir dos anos 70»¹⁴.

No topo da estrutura piramidal dos partidos ou parcialidades do tempo estavam os «marechais», conceito que se confundia com o dos «influentes» do poder central e que cobria toda a gama de ministros (ou ministeriáveis), conselheiros, pares do Reino, deputados, ou mesmo, denunciando a importância crescente da imprensa partidária, directores dos periódicos partidários mais importantes. Estes «marechais» constituíam normalmente o que nos anos 50 era designado por «comissão central eleitoral do partido» — o estado-maior responsável pela coordenação dos trabalhos eleitorais. Era desse cadinho restrito que geralmente saíam os candidatos que encabeçavam as listas eleitorais por Lisboa e Porto, os *speakers* parlamentares e, no caso da parcialidade que formava governo, o grosso dos ministros de Estado.

Abaixo deste «poder central» estavam os «poderes periféricos» — os centros distritais, em ligação com os caciques e notáveis locais. Os partidos funcionavam, portanto, de cima para baixo e do centro para a periferia. Naturalmente, este circuito era mais perceptível no agrupamento que ocupava o governo e, sobretudo, em época eleitoral. O presidente do Conselho e

¹² José Varela Ortega, *Los Amigos Políticos. Partidos, Elecciones y Caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Alianza Universidad, 1977, p. 357. Note-se, de passagem, que o autor por várias vezes insiste em que a cristalização do modelo do rotativismo bipartidário de notáveis é sobretudo obra da Restauração pós-1875, sendo o quarto de século anterior um período preparatório. *A cronologia espanhola sustenta, portanto, uma paralela revisão cronológica portuguesa, tendente a fixar o rotativismo como marca distintiva dos anos 70 e 80 do século XIX.*

¹³ Id., *ibid.*, p. 436.

¹⁴ Júlio Rodrigues da Silva, «O rotativismo monárquico-constitucional. Eleições, caciquismo e sufrágio», in *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. IX, Lisboa, Ediclube, s. d., p. 59.

o ministro do Reino — a verdadeira sede do poder político, donde saía forjada a futura maioria parlamentar — derramavam as suas directrizes, sob a forma de correspondência partidária mais ou menos oficiosa, para os governadores-civis, e destes para os administradores de concelho, que operavam no terreno através dos circuitos do caciquismo. Em síntese, «os partidos rotativos em Portugal combina(vam) a existência de redes horizontais com uma hierarquia piramidal, em cujo vértice se encontravam os chefes», formando, assim, uma «cadeia hierárquica» de amigos políticos, cujo sinal exterior era serem «agrupamentos de clientelas com acentuado pendor oligárquico» e cujo efeito político, sobretudo visível na mecânica rotativista, era «o apagamento de divergências, o amortecimento dos conflitos, a edificação de compromissos através da partilha do poder»¹⁵.

A imbricação estreita dos partidos políticos com o fenómeno, socialmente mais amplo, do caciquismo¹⁶ torna-se, assim, uma das tónicas mais importantes da problemática partidária. Com o tempo, isto é, com a cristalização do modelo rotativista, o caciquismo transformou-se na verdadeira expressão dos partidos na província e, por isso, numa importante medida do seu real poder¹⁷, invadindo até a literatura e o romance da época. O cacique era todo o influente local que trabalhava em prol de uma ou outra parcialidade, movendo influências ou recursos pessoais (e neste caso era o chamado *cacique proprietário*), ou simplesmente invocando a sua condição de mediador, de *entrepreneur*¹⁸, entre as ambições da periferia e os desejados recursos do centro (e neste caso era o chamado *cacique burocrático*). Era ele quem operava «o contacto entre as chefias partidárias, os candidatos (eleitorais) e os eleitores potenciais»¹⁹. A sua área de jurisdição era local ou regional e a sua

¹⁵ José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, pp. 654 e 659-660. Mais recentemente, o segundo destes autores veio a definir os partidos políticos oitocentistas como «coligações mais ou menos coesas de redes dispersas, agregadas segundo uma lógica de cooperação vertical e orientadas para o controle e distribuição dos recursos particularistas do centro político» (*Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista*, p. 122).

¹⁶ Para este problema, e além do artigo de Sobral e Almeida e do livro deste último, v. também o trabalho de Fernando Farello Lopes, «Caciquismo e política em Portugal. Uma perspectiva sobre a Monarquia e a República», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 9, Lisboa, ISCTE, 1991, pp. 127-137.

¹⁷ Como dizia Rolão Preto num pequeno artigo sobre o assunto, «na província, apática, indiferente, ignorante, eles [os caciques] eram os propagandistas por excelência, os condutores, os galvanizadores do eleitorado e até os padrões do voto» («O sentido social do cacique. Quem tem hoje a amizade do povo?», in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, n.º 3, Janeiro de 1962, p. 78).

¹⁸ Nas palavras de Jeremy Boissevain, o *entrepreneur* manipula recursos de duas ordens: «bens objectivos», isto é, dinheiro, empregos, melhoramentos, e «recursos de segunda ordem», isto é, contactos estratégicos com outros *entrepreneurs*, sejam eles simples intermediários ou agentes centrais da máquina estatal (cf. *Friends of Friends. Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell, 1978, p. 147).

¹⁹ José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p. 664.

acção saldava-se pela obtenção, por «compra», de fidelidades pessoais, e não tanto de adesões a uma ideologia ou a um programa, traduzindo um modelo de relações de clientelismo e patronato que era, por sua vez, causa e consequência da debilidade ideológica e organizativa dos partidos.

Essa debilidade provava-se a outros níveis. A noção de «campanha eleitoral», destinada à arregimentação do eleitorado através da propaganda de ideias ou *slogans*, só muito tarde se enraizou em Portugal²⁰ através da prática populista dos comícios urbanos — os *meetings*. Essa prática populista foi a marca distintiva da arremetida dos novos radicalismos anti-sistema do último quartel do século, embora já com raízes a partir dos anos 60, com particular realce para o inovador militantismo cívico republicano. Até aos sobressaltos das últimas décadas do século XIX, os partidos dinásticos não souberam o que era uma campanha eleitoral. A persistente «fulanização» da vida política dispensava-os dessa prática de falar às massas, evidentemente desprestigiante, porque democraticamente niveladora. No final do século, Augusto Fuschini resumiria este aspecto, escrevendo: «Entre nós [...] são raras e difíceis as reuniões políticas [...] a agitação da curiosidade, o interesse pelos negócios públicos, a actividade das opiniões, todos esses elementos que caracterizam a vida popular, ninguém os sente no fundo do organismo nacional [...] em França, na Inglaterra, na própria Itália, os directores políticos dos partidos ou grupos importantes procuram ensejo, em reuniões públicas, em festas, em banquetes, de pronunciar discursos, envolvendo questões políticas; em Portugal, os chefes dos partidos, além dos discursos parlamentares, sem alcance de ideias e independência de opiniões, evitam cuidadosamente as ocasiões de se manifestarem»²¹.

Bastante activos e politicamente eficazes na modelação dos equilíbrios políticos entre os grandes e os seus espaços — o governo, o parlamento, o Paço —, os partidos terminavam por terem uma visibilidade reduzida para fora, para a sociedade em geral. Ao fim ao cabo, a chamada «política de campanário» não significava outra coisa senão que as divergências entre os vários grupos políticos não reflectiam tanto clivagens de opinião e de princípios, mas comezinhas disputas de influências. Daí o carácter volúvel das alianças partidárias e eleitorais da Regeneração, bem como a ténue disciplina de voto exibida pelas diversas parcialidades no interior do parlamento, tudo testemunhos da permeabilidade da vida política ao personalismo, facto que

²⁰ Também em Espanha a noção e a prática de campanha ou propaganda eleitoral eram algo bastante insubstantivo: «Consistiam exclusivamente em cartas pessoais pedindo a alguns eleitores influentes que disponibilizassem a sua influência pessoal e a dos seus amigos» (José Varela Ortega, *op. cit.*, p. 423). Segundo Miguel Artola, só nos finais da década de 1860 se terá dado um primeiro passo no sentido do reconhecimento oficial do período de campanha eleitoral partidária (*Partidos y Programas Políticos, 1808-1936*, Madrid, Aguilar, 1977, p. 71).

²¹ Augusto Fuschini, *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, 1899, pp. 334-335.

transformava o voto — fosse ele exercido numa recôndita aldeia ou na sede da representação nacional — numa expressão casuística de deferência pessoal ou vínculo clientelista.

Foi por tudo isto que, ao longo de todo o século XIX e ainda nas duas primeiras décadas do século XX, a realidade partidária careceu em absoluto de definição e enquadramento legal e constitucional. A ajuricidade das organizações partidárias, comum, aliás, ao geral dos Estados liberais oitocentistas, remetia a sua real existência para o plano informal do costume e da prática, porventura enquadrável no princípio da liberdade de associação consagrado pela Carta Constitucional. Em Portugal seria preciso esperar até à revisão constitucional de 1919 para que na então prevista figura do conselho parlamentar, onde teriam assento «as correntes de opinião dotadas de representação no parlamento», se introduzisse uma primeira, e ainda assim indirecta, consagração constitucional dos partidos²².

2. CARACTERÍSTICAS E PRÁTICAS «PARTIDÁRIAS» DURANTE A DÉCADA DE 1850

Elaborado o quadro genérico dos aspectos mais característicos da realidade partidária da Regeneração, torna-se agora possível dar algumas indicações acerca das especificidades detectáveis na prática partidária da sua fase inicial, contrapostas às inovações que a cristalização do modelo rotativista iria introduzir a partir dos anos 70.

Do ponto de vista organizativo, as diferenças entre as parciais dos anos 50 e 60 e os «partidos de notáveis» dos anos 70 e 80 fazem-se sentir através de alguns aspectos. Desde logo, as ramificações partidárias da «comissão central» para os centros distritais e destes para o caciquismo local são ainda poucas e, na esmagadora maioria dos casos, historicamente imperceptíveis. Se havia actividade partidária a nível local, era de forma tão ocasional e descontinuada que dificilmente chegava a formar uma rede detectável nas fontes da época. Os «partidos» da primeira fase da Regeneração esgotavam-se praticamente nas comissões centrais, reunidas em Lis-

²² Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 221-222. Refira-se ainda que a informalidade dos partidos se reflectia na informalidade do seu processo de financiamento. De acordo com Pedro Tavares de Almeida, a ideia da colecta pública de fundos foi uma inovação republicana, executada através da redacção de *O Século*, nos anos 80. Por contraste, nos partidos monárquicos, as despesas eram simplesmente custeadas pelos «marechais» ou pelos notáveis locais em época de eleições [*Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, p. 74]. Muito ao contrário do que acontece hoje, a actividade partidária era algo que pertencia totalmente à esfera *privada* dos que a integravam, de forma que, não tendo o Estado nada que ver com a mesma, era impensável a existência de qualquer conceito de financiamento *público, estatal*, dos partidos.

boa. Fora da capital, as notícias recolhidas acerca da definição de estratégias e acções eleitorais por parte das várias parcialidades são bastante esparsas, o que não exclui que haja exemplos de penetração partidária regional.

Da investigação feita resulta claro que nenhuma parcialidade em cena nos anos 50 teve o que quer que se assemelhasse a um regulamento interno ou a uma periodicidade estabelecida para as reuniões das suas comissões centrais. Estas reuniam nas conjunturas eleitorais, normalmente mediante uma convocatória prévia publicada no jornal da respectiva parcialidade, mas explicitamente aberta a todos os cidadãos eleitores interessados. Não era, portanto, uma reunião da máquina partidária, mas uma reunião de notáveis de uma dada sensibilidade política onde qualquer um podia entrar. Dessas reuniões saíam designadas, por escrutínio ou livre escolha de entre os principais influentes da parcialidade, presidências sem mandato oficial, isto é, sem prazo estipulado e cuja única função era presidirem às reuniões da comissão central. Abaixo das presidências, meramente honoríficas, o máximo da especialização burocrática apurada era uma rudimentar subdivisão da comissão central em subcomissões executivas permanentes. Todavia, este carácter «permanente» circunscrevia-se às semanas de preparação para o combate eleitoral; as subcomissões permanentes eram, aliás, designadas como «directoras dos trabalhos eleitorais». Depois das eleições não há notícias da sua reunião, voltando apenas a ser reactivadas nas vésperas de novo acto eleitoral.

Do ponto de vista da divulgação de informação relativa à vida de cada uma das parcialidades, nota-se, já nos anos 50, a preocupação de participar ao eleitorado lisboeta os endereços, várias vezes alterados, onde funcionava o «expediente» eleitoral de cada uma, ou seja, o local onde os respectivos adeptos deveriam dirigir-se se quisessem obter informações eleitorais específicas, onde se recebia e centralizava a correspondência eleitoral, ou ainda, mas mais raramente, onde os eleitores poderiam avistar-se com os candidatos propostos pela parcialidade, no que constituía uma rudimentar demonstração de estabelecimento de contactos do «partido» com as suas «bases». À imprensa só chegavam as notícias das reuniões das parcialidades em época eleitoral, o que nem é de estranhar, dado que os «estados-maiores» partidários só se activavam nessas conjunturas. Todavia, e tirando as já referidas «salas de expediente», os espaços escolhidos pelas parcialidades para reunirem as suas assembleias eram ou locais públicos — como os Teatros D. Maria e São Carlos, em Lisboa — ou as residências particulares dos grandes notáveis das parcialidades.

No que concerne à codificação doutrinária ou programática, não existia ainda nos anos 50 a prática de programas partidários escritos e aprovados em assembleia geral do partido. Regra geral, a comissão central limitava-se a redigir um «manifesto» em época de eleições onde, invariavelmente, se elo-

giava a obra progressista feita e se denegria a oposição, no caso da parcialidade governamental, ou se criticava o mau progressismo do governo, prometendo um melhor progressismo, no caso das parcialidades oposicionistas. O conceito de programa político, embora já invocado, permanecia bastante insubstantivo, no tocante à definição de originalidades específicas de cada uma das formações políticas em presença — o que é um dado importante para se perceber a *unanimidade progressista* que atravessou a década de 50, dificultando as próprias diferenciações partidárias. O «manifesto» era publicado no jornal da parcialidade no arranque dos «trabalhos eleitorais» e, depois, esmiuçado, ou seja, repetido por partes, nos dias e semanas seguintes. Próximo do acto eleitoral, cada jornal abria espaço para a divulgação das respectivas listas de candidatos às eleições, mas somente pelo círculo de Lisboa; uma ou outra vez eram mencionados os do Porto; nem uma só vez se apuraram menções aos nomes concorrentes a outros círculos, pelo menos na imprensa «central».

Todas estas considerações genéricas tornar-se-ão mais perceptíveis se aqui se resumir o que foi a vida organizativa das diversas parcialidades actuantes durante os anos 50. A isso se dedicam os parágrafos seguintes.

A mais notória formação político-partidária actuante na transição dos anos 40 para os anos 50 foi o então autoproclamado «partido nacional» progressista anticabralista. Tratava-se do prolongamento da «coalizão» de 1842, depois reencarnada na Junta do Porto em Outubro de 1846, e tinha como órgãos de imprensa *A Revolução de Setembro* e, mais à esquerda, *O Nacional* e o *Patriota*. No contexto mais imediato da luta pré-regeneradora, apresentou-se a público no Outono de 1849, com um manifesto de estilo reconciliador e fusionista (assim salvaguardando uma proximidade politicamente lucrativa face a Saldanha), subscrito por gente de variada tendência, do centro-direita de Joaquim António de Aguiar ao centro-esquerda de Antas, Loulé, Passos, Silva Sanches, Braamcamp ou Sá da Bandeira, alargando-se ainda às esquerdas mais ou menos radicais de Rodrigues Sampaio, Latino Coelho, Oliveira Marreca ou Leonel Tavares Cabral²³. A divulgação do manifesto desta espécie de liga nacional anticabralista ocorreu nos finais de Outubro de 1849, altura em que a sede da sua comissão política (composta por sete membros) reunia em Lisboa, em casa do conde das Antas²⁴.

²³ *O Patriota*, 24-10-1849. A declaração ou manifesto do «partido nacional» progressista, datado de 17 de Setembro desse ano, continha um estratagema que era novidade nas práticas políticas do tempo: formulava um questionário, a responder por todos os que desejassem congregar-se à iniciativa, sobre pontos de um hipotético programa de governo tão genéricos como: quais as necessidades de instrução pública em Portugal; qual a mais justa repartição de impostos; que reformas introduzir na agricultura, indústria, comunicações ou administração pública; qual o grau de credibilidade do sistema eleitoral; quais os direitos e liberdades ameaçados pela «ominosa ditadura» cabralista, etc.

²⁴ *Ibid.*, 6-11-1849.

A organização deste «partido nacional» progrediu à medida que se agravava a luta contra o governo do conde de Tomar. Assim, em Dezembro de 1850 o elenco da comissão central do partido alargou-se a dezasseis membros, sob a presidência do marquês de Loulé²⁵. Nessa altura a comissão central do «partido nacional» progressista subdividia-se em subcomissões distritais, presididas por um representante acreditado junto da comissão central lisboeta: por Lisboa, o marquês de Loulé e o conde das Antas; por Bragança, o conde das Antas; por Vila Real, o conde de Vila Real; por Braga, o visconde de Fonte Arcada; por Leiria, o marquês de Loulé; por Castelo Branco, Júlio Gomes da Silva Sanches; por Portalegre, Manuel José Júlio Guerra; por Beja, Joaquim António de Aguiar; finalmente, pelo Funchal, de novo o marquês de Loulé.

Transformada, na sequência do golpe de Abril de 1851, em sustentáculo eleitoral da situação saldanhista e, em muitos casos, em seu porta-voz oficioso, a comissão central do «partido nacional» coordenaria o essencial dos trabalhos eleitorais em 1851 e 1852, publicando os competentes manifestos eleitorais pró-governamentais em Outubro de 1851 e Novembro de 1852²⁶. Nas eleições de 1851 o «partido nacional» era também o agente de ligação entre o governo — onde pontificava o trabalho do ministro do Reino Rodrigo da Fonseca, correspondendo-se, com circulares de instrução, com os governadores-civis do Reino — e a então existente «comissão central operária» de Lisboa, liderada por um futuro regenerador, António Pedro Lopes de Mendonça²⁷.

O estabelecimento da comissão central progressista deste «partido nacional» para as eleições de Dezembro de 1852 obedeceu a um processo de escrutínio preliminar que é possível reconstituir e que mostra já alguma organização interna do seu aparelho. Assim, numa reunião de progressistas ocorrida em Lisboa nos finais de Outubro de 1852 deliberara-se que a eleição da comissão central se fizesse por escrutínio de listas nas comissões de freguesia que, entretanto, os progressistas já haviam fundado na capital. A 29 de Outubro cada comissão de freguesia enviou à comissão central uma lista com os quinze nomes mais votados. Finalmente, a 31, na assembleia geral progressista tida na nova sede do «partido nacional», na Travessa da Horta, à Rua Formosa, procedera-se ao cruzamento das listas de cada comissão de freguesia para serem encontrados os quinze nomes finais. Loulé, tendo sido o mais votado, foi reempesado na presidência da comissão central; as vice-

²⁵ *Ibid.*, 30-12-1850.

²⁶ V., respectivamente, *A Revolução de Setembro*, 2-10-1851 e 17-11-1852.

²⁷ *O Patriota*, 31-10-1851. A «comissão eleitoral operária» tinha uma espécie de pequeno «directório» composto por 6 membros: António Pedro Lopes de Mendonça (presidente e jornalista), Francisco Vieira da Silva Júnior, Joaquim António Gonçalves, José António de Amorim, José Maria Chaves e Luís da Silva Melo (todos operários).

-presidências couberam ao barão de Vila Nova de Foz Côa e ao conde do Sobral. O tesoureiro era Braamcamp e os secretários Leonel Tavares Cabral e Casal Ribeiro.

Já no cumprimento das suas funções de «campanha eleitoral», a comissão central faria divulgar uma circular apelando todos os progressistas ao voto «com estrita legalidade e zelo conveniente», anunciando ainda que a comissão central se reunia todas as quintas-feiras de manhã na «sala de expediente» da Rua do Arco de Bandeira, 11, 2.^o²⁸. É importante salientar este pormenor, aparentemente anódino: do ponto de vista de uma história da estruturação dos partidos políticos oitocentistas, ele é testemunho do início de uma prática de contactos mais estreitos entre o «partido» e os seus potenciais eleitores. Em vários números de *A Revolução de Setembro* de Novembro e Dezembro de 1852 um editorial convidava os cidadãos progressistas empenhados na eleição dos candidatos governamentais para com estes se reunirem a fim de concertarem estratégias e diligências a realizar, indicando sempre a morada e horário em que esse contacto poderia ser realizado.

Como atrás se salientou, as notícias sobre a competição eleitoral e a organização das forças políticas concorrentes fora de Lisboa eram muito escassas. No entanto, em 1851, no Porto, é possível apurar que a contenda eleitoral esteve a cargo de três centros políticos: o cabralista, presidido pelo conde de Terena (na oposição), o setembrista, presidido por José Passos, e o ministerial, presidido pelo visconde de Oliveira e por António Alves Martins. Estes dois últimos rivalizavam entre si na disputa dos eleitores progressistas, pretendendo José Passos insinuar-se como ministerial pró-saldanhista com o inconfessado e pessoal intuito de reforçar o seu feudo político no Norte do país²⁹. Em Lisboa, por contraste, o pacto entre o governo e o «partido nacional» progressista funcionou melhor, como prova a constituição de listas multipartidárias, integrando cenro-direita e centro-esquerda, cozinhadas pelo executivo a partir da máquina do «partido nacional».

Sabe-se que, na sequência da remodelação ministerial pró-rodriguista de Julho de 1851 e da dissolução parlamentar de Julho de 1852, parte do progressismo que até aí dera o seu aval à governação saldanhista se encaminhou para a chamada «dissidência progressista histórica», embrião do futuro Partido Histórico. O caminho de organização deste partido arrancou definitivamente no Verão de 1854, impulsionado pelos artigos oposicionistas de Alexandre Herculano em *O Portuguez*. Foi, aliás, este órgão de imprensa que a 11 de Agosto de 1854, através de uma circular assinada por Manuel de Jesus Coelho e Jacinto Santa Ana de Vasconcelos, convocou para 29 desse mês uma reunião

²⁸ *Ibid.*, 25 e 26-10-1852, e *A Revolução de Setembro*, 2 e 9-11-1852.

²⁹ António Alves Martins, *Dois Palavras acerca da Eleição do Porto em 1851*, Lisboa, Tipografia de F. Ferreira de Matos, Dezembro de 1851.

política de todos os «progressistas dissidentes» a fim de darem mais sólida organização ao «partido de oposição». Concorreram à reunião cerca de duas centenas de pessoas, dela saindo uma comissão central progressista (histórica) composta por dezassete membros, que, colegialmente, entregou a respectiva presidência a Joaquim Filipe de Soure³⁰.

Dois anos depois, na conjuntura da competição eleitoral do Verão de 1856 — e num contexto de aceleração da institucionalização do Partido Histórico na colagem ao novo governo de Loulé —, a comissão central histórica foi reorganizada e alargada. Assim, em Agosto de 1856 a comissão central elegeu uma subcomissão permanente de cinco membros, «directora dos trabalhos eleitorais», composta por Sá Nogueira, Braamcamp, Holtreman, Jesus Coelho e Serpa Pimentel³¹. No início de Setembro uma nova reunião, preparatória do manifesto eleitoral histórico, fez eleger para a presidência o barão de Vila Nova de Foz Côa e complexificou a orgânica interna dos históricos com três subcomissões: a comissão eleitoral permanente (acima referida), presidida por Sá Nogueira, a comissão de redacção, presidida por Alexandre Herculano (responsável pelo «programa-manifesto» eleitoral histórico, apresentado em *O Portuguez* de 6 de Setembro), e a comissão de administração, presidida por Francisco da Cunha Menezes. A sede do Partido Histórico — nomenclatura que, justamente, aparece apenas a partir do Verão de 1856, na sequência de todas estas inovações — funcionava na Rua Direita do Loreto, 72, 1.º Finalmente, o organograma do Partido Histórico previa ainda, sob a presidência de Foz Côa, seis vice-presidentes (o conde de Rio Maior, Faustino da Gama, Joaquim Filipe de Soure, Ferreira Pestana, Velez Caldeira e o visconde de Fonte Arcada) e dois secretários executivos (Tomás de Carvalho e Jacinto Augusto de Vasconcelos)³².

Os sinais de vitalidade e de organização do Partido Histórico no contexto da disputa eleitoral de 1856 não acabavam aqui. Desde o início dos trabalhos eleitorais, o jornal *O Portuguez* não se cansava de reproduzir circulares enviadas pela comissão central de Lisboa para as províncias para que os «amigos dos diferentes concelhos» organizassem comissões eleitorais históricas no maior número de círculos eleitorais possíveis a fim de assegurarem a eleição de «deputados simpáticos à actual situação» (governo de Loulé)³³. Por outro lado, uma das coisas que preocupavam a comissão histórica era a sempre difícil demarcação face aos progressistas regeneradores. Para o efei-

³⁰ *O Portuguez*, 30-8-1854.

³¹ *Ibid.*, 5-8-1856. Registe-se, a título de curiosidade, a presença entre os históricos do então jovem António de Serpa Pimentel, amigo próximo de Herculano. Anos mais tarde, esquecido o «esquerdismo» da juventude, Serpa Pimentel haveria de suceder a Fontes Pereira de Melo na chefia do Partido Regenerador.

³² *Ibid.*, 2-9-1856.

³³ V. o exemplo referente ao círculo de Faro reproduzido em *O Portuguez* de 7-9-1856.

to, em meados de Setembro de 1856, quando os regeneradores anunciaram a realização de uma reunião de *progressistas* seus apaniguados para o Teatro de São Carlos, em Lisboa, *O Portuguez* imediatamente imprimiu um comunicado, assinado por Sá Nogueira, Serpa, Braamcamp, Jesus Coelho e Holtreman, em letras gordas, prevenindo os *seus* eleitores progressistas de que a dita reunião nada tinha que ver com os *seus* trabalhos eleitorais³⁴.

A 26 de Outubro o Partido Histórico realizou na Sala do Risco do Arsenal da Marinha uma eleição preparatória, com os votos de um milhar de eleitores de Lisboa, para escolher os seus candidatos definitivos à eleição nos dois círculos da capital³⁵. Tratava-se, aliás, de um processo que *O Portuguez* não se cansava de destacar como altamente democrático e moderno: em vários círculos do país os progressistas históricos fixavam as suas listas de concorrentes às eleições em «comícios», mediante escrutínio popular³⁶.

De 1856 em diante, e antes de qualquer acto eleitoral, o Partido Histórico republicava o elenco da sua comissão central, com as alterações entretanto nele registadas. Foi assim no início de Abril de 1858 e no início de Dezembro de 1859³⁷. Neste último ano as novidades eram, para além de uma nova sede de campanha, sita na Travessa da Assunção, 35, 1.º, onde, na preparação das eleições (agendadas para 1-1-1860), uma comissão permanente e um secretariado (agora a cargo de Jacinto Santa Ana de Vasconcelos e Inácio Francisco Silveira da Mota) estavam disponíveis para atendimento público, o importante facto de a presidência do partido ter, finalmente, passado do barão de Vila Nova de Foz Côa para as mãos do marquês de Loulé.

A organização da chamada parcialidade progressista regeneradora — futuro Partido Regenerador — repousou, durante o consulado saldanhista de 1851-1856, em convenções bastante informais. É bem verdade o aforisma segundo o qual os partidos de oposição se esforçam mais por se organizarem e por mostrarem obra do que os de governo. Justamente, a parcialidade que

³⁴ *O Portuguez*, 14-9-1856. Registe-se que estas declarações de demarcação de parte a parte, entre históricos e regeneradores, eram por vezes flagrantemente contrariadas na prática. Vale a pena anotar um caso curioso revelado pela comparação entre os elencos da comissão central regeneradora de Julho de 1856 e da comissão central histórica de Agosto-Setembro desse ano. Em *ambas* figuram os nomes de Manuel António Velez Caldeira Castelo Branco e de Manuel de Jesus Coelho. Só em vista da inconstância partidária do tempo ou da difícil demarcação entre as duas parcialidades progressistas pode entender-se o fenómeno. Formalmente, como a evolução das suas carreiras indica, eram dois progressistas históricos: Velez Caldeira foi um dos redactores do programa histórico de 1856 e Manuel de Jesus Coelho era o editor de *O Portuguez*. Mas isso não os coíbiu de se interessarem pelos destinos dos regeneradores, porventura em virtude de uma qualquer cruzada pessoal a favor da reconciliação da família progressista. Valha a verdade que na reunião regeneradora de Setembro, adiante referenciada, já não estiveram presentes.

³⁵ *Ibid.*, 28-10-1856

³⁶ *Ibid.*, 13-11-1856.

³⁷ V., respectivamente, *O Portuguez*, 6-4-1858, e *A Opinião*, 6-12-1859.

fora governamental, com todas as vantagens daí inerentes, entre 1851 e 1856 nunca julgara necessário organizar-se de forma minimamente estável. Um dia Rodrigues Sampaio referira-se a essa questão em termos bastante amorísticos: «Entre nós não há caudilhos oficiais nem hierarquias ordenadas; há só grêmios de opinião [...] o nosso partido não é um partido de autoridade; a divisão é natural nele³⁸.» Esta ideia de uma sobrevalorização das ligações horizontais face a qualquer hierarquia burocrática rígida, de ligações verticais — de resto ainda bastante difícil de conseguir no contexto partidário da época —, era corroborada por Latino Coelho: «No Partido Progressista Regenerador [...] a autoridade cedeu sempre lugar ao livre-pensamento e ao alvedrio dos seus membros³⁹.»

A 25 de Julho de 1856 teve lugar no Teatro D. Maria uma reunião de todos os eleitores progressistas que se considerassem afectos à situação ministerial transacta. Entre os responsáveis desta iniciativa, divulgada por circular pública de 21 de Julho, contava-se o triunvirato de *A Revolução* — José Estêvão, Rodrigues Sampaio e Casal Ribeiro — e ainda homens do centro-direita, como Joaquim António de Aguiar ou Alberto António Morais Carvalho. Foi, aliás, Morais Carvalho que saiu presidente da comissão provisória de quinze membros eleita nessa reunião⁴⁰ e cujo objectivo era preparar uma comissão regeneradora definitiva, que iria conduzir os trabalhos eleitorais. A reunião definitiva teve lugar a 14 de Setembro, no Teatro de São Carlos. Nela se deu corpo à primeira comissão central oficial do Partido Regenerador, saindo presidente da mesma Joaquim António de Aguiar, à frente de Fontes Pereira de Melo e em substituição do mandato provisório de Morais Carvalho⁴¹.

O «organograma» regenerador veio a complexificar-se na preparação para as eleições de Maio de 1858, altura em que os regeneradores chefiam uma coligação eleitoral oposicionista que se estendia aos cartistas e legitimistas. Segundo notícia *A Revolução de Setembro*, e à semelhança dos históricos, também os regeneradores decidiram organizar uma «subcomissão eleitoral permanente», composta por Aguiar, J. M. Eugénio de Almeida, Morais Carvalho, D. Rodrigo de Meneses, Fontes, Casal Ribeiro e Rodrigues

³⁸ *A Revolução de Setembro*, 7-2-1853.

³⁹ *Ibid.*, 21-9-1853. De acordo com a caracterização feita por José Tengarrinha, o Partido Regenerador foi sempre o mais informal e, programaticamente, o mais vago de todos quantos povoaram o campo liberal monárquico (cf. «Regenerador, Partido», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. v, pp. 256-257). Se esta asserção poderá estar certa, o mesmo não acontece com a ideia expressa de que o Partido Regenerador tenha surgido logo em 1851, e muito menos que se tenha filiado «na linha do cartismo puro»!

⁴⁰ *Ibid.*, 26-7-1856.

⁴¹ *Ibid.*, 16-9-1856.

Sampaio⁴². Nessa altura o escritório da comissão central regeneradora funcionava na Rua da Emenda, 27. Essa mesma comissão central — que quase duplicara os seus efectivos, de 15 em 1856 para 27 em 1858 — foi reconduzida, com vista à preparação das eleições de Janeiro de 1860, através de uma magna reunião do estado-maior do partido realizada no início de Dezembro de 1859, no Teatro D. Fernando. Também nessa altura, o escritório central do partido transitou da Rua da Emenda para a Rua dos Fanqueiros, 117, 1.^o⁴³.

Para além das duas parcialidades políticas que disputavam a primazia do controle sobre o centro do sistema político — regeneradores e históricos —, os anos 50 registaram também a presença de duas outras formações político-partidárias: os cartistas e os legitimistas. Este facto constitui uma inequívoca prova da inaplicabilidade de uma imagem de rotativismo bipartidário aos primeiros anos da Regeneração, porquanto permite apurar que não eram *dois*, mas sim *quatro*, os intervenientes na cena política portuguesa de então.

A organização partidária cartista (cabralista) arrancou para a nova década de 50 nos finais de Setembro de 1851, numa reunião tida no Porto, com «abundante representação da propriedade e do comércio», como escrevia o jornal cabralista *A Lei*⁴⁴. Em consequência, no início de Outubro constituíram-se oficialmente as comissões centrais eleitorais de Lisboa e do Porto, respectivamente presididas pelo marquês de Fronteira e pelo conde de Terena⁴⁵. Esta bicefalia regional do Partido Cartista, original no panorama da época, era como que resolvida pela existência de uma autodenominada comissão central eleitoral cartista do Reino e ilhas que agregava as duas comissões de Lisboa e do Porto, com sede na capital, e presidida pelo duque da Terceira. Por ocasião da «campanha eleitoral» para as eleições de Novembro de 1851 a comissão central do Reino e ilhas chegou a reunir na sua sede — um palácio na Rua dos Mouros a que a imprensa radical de esquerda chamava o «covil da cabralada» — cerca de 2500 cidadãos⁴⁶. Além de Terceira, destacavam-se na sua liderança Fronteira, Agostinho Albano da Silveira Pinto, Correia Caldeira, Mendes Leal

⁴² *Ibid.*, 30-3-1858. Foi sob a égide desta «subcomissão eleitoral permanente» do Partido Regenerador que as listas eleitorais da coligação conservadora para Lisboa foram escolhidas, segundo um processo que é possível reconstituir a partir da imprensa da época. Assim, uma circular, rubricada por todos os parceiros da coligação, fora distribuída na capital, apelando aos amigos políticos das parcialidades reunidas para que multiplicassem as acções de sensibilização do eleitorado a favor da sua lista. O elenco final resultara de consultas às comissões paroquiais lisboetas regeneradoras, cartistas e legitimistas e tivera a ratificação final dos parlamentares oposicionistas de ambas as casas do parlamento.

⁴³ *Ibid.*, 4 e 10-12-1859.

⁴⁴ *A Lei*, 4 e 6-10-1851.

⁴⁵ *Ibid.*, 14-10-1851.

⁴⁶ *Ibid.*, 27-10-1851.

(o redactor de *A Lei*), entre outras proeminentes figuras da situação deposta por Saldanha em Abril de 1851.

Instruída pela humilhação eleitoral sofrida em 1851, a posição oficial do Partido Cartista para as eleições de Dezembro de 1852 foi a da abstenção, aconselhada pelo próprio conde de Tomar em carta aberta aos seus correligionários⁴⁷. Todavia, em Outubro, numa reunião da curta representação parlamentar cartista (que lograra ser eleita em 1851) em casa do visconde de Laborim, António José de Ávila convenceu os maiorais cartistas a concorrerem às eleições ao menos nos centros urbanos mais importantes, como Lisboa e Porto⁴⁸.

Começava aqui, portanto, a ascendência da figura de Ávila no interior das fileiras cartistas em detrimento do próprio conde de Tomar, o cérebro oculto que da embaixada de Madrid, para onde se exilara, continuava a comandar as acções da dupla Terceira-Fronteira. Em 1856 seria, na realidade, o chamado «avilismo» a comandar as operações do Partido Cartista na preparação das eleições aprezadas para Novembro desse ano. Assim, no Verão de 1856 o Partido Cartista apresentou o seu elenco a público, repetindo a divisão regional de 1851: uma comissão central lisboeta, presidida por Ávila (instalada em finais de Agosto de 1856), e uma comissão central portuense (instalada no princípio de Outubro), presidida por António Roberto Lopes Branco⁴⁹. Sendo Lisboa o centro da actividade eleitoral, a estrutura interna da comissão central cartista (avilista) subdividia-se ainda em quatro presidências honorárias, quatro vice-presidências, seis secretários e um tesoureiro. As presidências honorárias eram coordenadas pelo marquês de Fronteira, as vice-presidências pelo marquês de Valada, e o secretariado por José Marcelino de Sá Vargas e Correia Caldeira. Para além disto, foi também na capital que o Partido Cartista fez circular o seu manifesto eleitoral, subscrito por uma trintena de notáveis conservadores, nos finais de Agosto ou princípios de Setembro⁵⁰.

As eleições de Maio de 1858 assistiram à divisão do campo partidário cartista. E isto porque a ala «avilista» do partido, interessada na colaboração com o governo histórico (de que Ávila era, aliás, ministro), se separou do cartismo mais ortodoxo e ultra da linha cabralista, consumando um divórcio que a evolução da década já vinha preparando. Dada a ligação dos «avilistas» à máquina eleitoral do Partido Histórico, a comissão central do Partido Cartista ficou nas mãos dos cabralistas, que trataram de reorganizá-la: em

⁴⁷ Declaração do conde de Tomar de 26-8-1852, reproduzida em *A Lei* de 31-8-1852.

⁴⁸ *A Lei*, 19-10-1852.

⁴⁹ V., respectivamente, o *Imprensa e Lei*, 27-8 e 15-10-1856.

⁵⁰ O manifesto eleitoral cartista vem integralmente reproduzido no *Imprensa e Lei* de 3-9-1856.

primeiro lugar, substituindo na presidência o proscrito Ávila pelo marquês de Fronteira, o sempre eterno intérprete dos desejos de Tomar; em segundo lugar, lançando um novo jornal cartista cabralista, intitulado *O Parlamento*; em terceiro lugar, criando uma subcomissão eleitoral permanente, composta pelos condes de Tomar de de Paraty, D. José Maria Correia de Lacerda, José Marcelino de Sá Vargas e Paulo Azevedo Coelho de Campos — os cinco nomes que, pela parte cartista, assinavam a circular da coligação eleitoral conservadora (regeneradores-cartistas-legitimistas) distribuída em Lisboa⁵¹.

Para as eleições de 1860, o Partido Cartista, agora nas mãos da linha dura do cabralismo, não registou alterações de vulto. O seu órgão de imprensa, *O Parlamento*, limitou-se a anunciar a renovação da coligação eleitoral com os regeneradores, publicitando que os cartistas estabeleciam a sua sede, ou «sala de expediente», no Largo do Carmo, 5, 1.º, local onde as comissões de freguesia, ou qualquer cidadão, poderiam procurar esclarecimentos ou entregar correspondência.

Em íntima relação com este renovado Partido Cartista surgiu, na conjuntura eleitoral de 1858, uma outra parcialidade: o chamado centro eleitoral do *Rei e Ordem*, o título do jornal que o irmão do conde de Tomar, José Bernardo da Silva Cabral, fundara em Lisboa na Primavera de 1857 para assinalar o seu regresso à ribalta política após a travessia do deserto que iniciara em finais de 1851, aquando do desaparecimento de *O Estandarte*. O centro eleitoral cartista do *Rei e Ordem* estabeleceu a sua comissão central eleitoral em Lisboa no início de Abril de 1858, sob a presidência do próprio José Bernardo e a vice-presidência do conde de Farrobo, ao que parece o financiador da iniciativa e também colaborador dos regeneradores⁵². Se em 1858 a falange eleitoral de José Bernardo estava unida, através do sangue da família Cabral, numa dupla frente cartista, a que se juntavam os regeneradores e legitimistas, na coligação eleitoral conservadora anti-histórica, já em finais de 1859, todavia, há indícios de que o pacto de família se rompera: e tanto assim é que *A Revolução de Setembro*, em Janeiro de 1860, lamentava a eleição de José Bernardo... nas listas da oposição histórica⁵³.

Quanto à última das parcialidades políticas a considerar nos anos 50 — o legitimismo —, pode dizer-se que ele (re)apareceu em força na conjuntura eleitoral do Verão de 1856. Na verdade, depois das participações eleitorais de 1842 e 1845, integrado na «coalizão» anticabralista, o Partido Legitimista enveredara por uma atitude de distanciamento e abstencionismo face à competição eleitoral liberal. Em 1847 ainda recomendara o voto nas listas setembristas; chegada a Regeneração, declarou-se à margem da luta

⁵¹ *O Parlamento*, 14-4-1858.

⁵² *Rei e Ordem*, 11-4-1858.

⁵³ *A Revolução de Setembro*, 8-1-1860.

política, embora no seu interior se tenham feito ouvir vozes discordantes face a esta linha oficial, provenientes da chamada «ala urneira», então capitaneada por Tomé Rodrigues Cabral⁵⁴.

Assim, em Julho de 1851, numa reunião tida no palácio do conde-barão de Alvito, em Lisboa, com uma assistência estimada em cerca de 600 indivíduos, a assembleia geral do partido decidira não concorrer às eleições, por cepticamente nada esperar de positivo para Portugal da nova situação política saldanhista⁵⁵. Nos meses seguintes a esta reunião, a comissão central lisboeta ocupara-se em auscultar as comissões legitimistas da província, donde invariavelmente chegavam cartas de aceitação das decisões ali tomadas. A comissão do Porto, por exemplo, reunira em meados de Agosto perante uma audiência de umas 800 notabilidades⁵⁶. Idêntico procedimento e posição abstencionista foram assumidos perante o acto eleitoral de 1852.

Por contraste, em 1856, numa altura em que a Regeneração atravessava uma fase de definição político-partidária importante, com a transição ministerial Saldanha-Loulé, o Partido Legitimista, no interior do qual as vozes «urneiras» vinham subindo de tom, decidiu abandonar o abstencionismo eleitoral e concorrer às eleições, dando assim corpo a uma tendência de constitucionalização da causa legitimista que vinha já da década anterior. Em Agosto desse ano instalou-se em Lisboa, sob a presidência do conde de Pombeiro, a comissão central eleitoral do Partido Legitimista, com sede no palácio dos viscondes de Manique, junto ao Largo do Intendente⁵⁷. Nos meses seguintes, e até às eleições, marcadas para Novembro, a máquina eleitoral legitimista na província foi-se (re)activando, facto detectável através da leitura do jornal *A Nação*. Ao todo, pelos menos umas 30 comissões distritais prepararam-se para a contenda eleitoral, cada uma contando com um efectivo de dez a vinte membros e, nos centros urbanos mais importantes, com o auxílio de «base» de subcomissões filiais. O mapa de implantação legitimista incidia sobretudo no Norte do país, tradicionalmente mais «absolutista», mas nem por isso deixava de se estender a localidades sulistas, como Elvas, Portalegre, Évora ou Faro. No termo deste processo, e com a anuência de todas as comissões distritais, a comissão central lisboeta apresentou a 18 de Outubro de 1856 o primeiro «programa-manifesto» eleitoral legitimista da década de 50.

⁵⁴ Alegadamente, era da autoria desta «ala urneira» o panfleto *O Partido Realista e o Juramento Político*, que circulou em Lisboa no Verão de 1851, incitando os legitimistas a irem às urnas, saindo do seu voluntário isolamento, para assim se tornarem um «partido activo e militante».

⁵⁵ *A Nação*, 11 e 12-7-1851.

⁵⁶ *Ibid.*, 19-8-1851.

⁵⁷ *Ibid.*, 16 e 19-8-1856.

Foi este mesmo aparelho partidário que, presumivelmente, terá servido o Partido Legitimista nas eleições de 1858, em aliança, como já se disse, com os regeneradores e cartistas, e em 1860, altura em que o partido regressou a uma participação autónoma nas eleições, como em 1856, e em que alargou o elenco da sua comissão central, com uma dezena de novos membros⁵⁸.

Da mesma forma que os liberais tinham a atravessá-los horizontalmente a maçonaria, como organização parapartidária e veículo de solidariedades políticas, também os legitimistas tinham a sua sociedade secreta, que os coadjuvava na organização das ligações entre os seus vários pólos. Era a chamada Ordem de S. Miguel da Ala, ainda hoje um perfeito mistério historiográfico.

De acordo com o que é possível apurar, tratava-se de uma sociedade secreta, com um duplo centro em Lisboa e Coimbra, fundada, presumivelmente, em 1848, e cujo grão-mestre era o próprio D. Miguel. Os seus fins estatutários eram a defesa da Igreja católica apostólica romana e a restauração da «legitimidade portuguesa» (ficando omissa a questão de D. Miguel)⁵⁹. Em nome dessa legitimidade dever-se-iam respeitar todos os partidos, mas neles combater, franca e lealmente, as ideias erradas. A sociedade tinha «a direcção exclusiva de tudo o que pertencia ao Partido Legitimista»⁶⁰, nomeadamente financiando o jornal *A Nação* e auxiliando a família do deposedo D. Miguel no exílio.

Alegadamente, a supremacia da linha urneira em 1856 estaria ligada aos próprios interesses da Ordem. Desde 1855 que a sociedade secreta estava particularmente activa e ansiosa por uma maior participação política. A guerra da Crimeia, pondo frente a frente a Europa absolutista e a Europa liberal, tinha sido acompanhada em Portugal, excitando os ânimos dos legitimistas. Agentes portugueses ter-se-iam mesmo deslocado ao estrangeiro para «ligar todos os elementos retrógados de Portugal, Espanha, França e Alemanha»⁶¹. A derrota do bloco russo-turco face ao bloco anglo-francês exacerbava ainda mais os desejos de *revanche* e protagonismo. A acreditar nesta leitura, a participação eleitoral em 1856 teria sido um subproduto desse entusiasmo e desse desejo de afirmação, semeados em 1855.

⁵⁸ V., respectivamente, *A Nação*, 13-4-1858 e 7-12-1859. De 1856 a 1859, o elenco da comissão central legitimista contara cerca de 25 membros, número que subiu para cerca de 35 na preparação das eleições de Janeiro de 1860.

⁵⁹ Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, 1868, pp. 200-211.

⁶⁰ Id., *ibid.*, p. 213. V. também o estudo, essencialmente biográfico, de um dos membros da Ordem, da autoria de Marcos de Noronha da Costa, «Para a história do miguelismo. A Ordem de S. Miguel da Ala», in *Armas e Troféus. Revista de História, Heráldica, Genealogia e de Arte*, III série, t. VII, Lisboa, Maio-Dezembro de 1978, pp. 270-309.

⁶¹ Joaquim Martins de Carvalho, *op. cit.*, p. 249.

Como se depreende desta sumária incursão pela vida das várias parcialidades políticas actuantes durante a década de 1850, os seus campos ou ocasiões de afirmação mais importantes eram as conjunturas eleitorais e, naturalmente, numa segunda fase, o comportamento dos seus deputados eleitos no interior do parlamento. Paralelamente, o seu instrumento de acção mais importante era, sem dúvida alguma, a imprensa. Nos termos sintéticos de Miguel Artola, existia uma «estreita coincidência entre a campanha eleitoral e as reuniões de partidários em assembleias, a constituição de comités que dirig(iam) as eleições e a publicação de manifestos de definição programática»⁶².

Como José Tengarrinha já salientou, a verdadeira era da transformação industrial da imprensa regista-se a partir da Regeneração, com particular realce para a vintena de anos que vai de 1865 a 1885, em virtude do alargamento, nessas décadas, da politização da opinião pública e da consequente proliferação de novos tipos de jornalismo — não só o político-partidário, mas também o simplesmente noticioso ou informativo, sobretudo exemplificado pelo *Diário de Notícias*, fundado em Lisboa em 1865⁶³. Mas logo a partir de 1851, estabelecido um novo clima político e partidário menos anárquico do que o vigente até aí, as parcialidades políticas voltam-se resolutamente para a imprensa como veículo de afirmação. Nos finais da década de 50, um observador notava que a fundação de periódicos políticos disparara com a Regeneração, criando «a nova e importante classe dos jornalistas, na qual entraram, ou nela se formaram, poetas, historiadores, críticos, filósofos e homens de grande valia nas ciências e nas letras e dela saíram para as cadeiras das câmaras ou dos ministérios e para os mais altos lugares do Estado»⁶⁴.

Em certo sentido, uma análise do volume de imprensa político-partidária surgido na década de 50 constitui um bom indicador do desenvolvimento de cada uma das parcialidades em cena — muitas vezes mesmo o único indicador da sua presença num determinado núcleo urbano, através do seu jornal regional.

Entre 1851 e 1861 o universo dos jornais político-partidários mais influentes totalizava cerca de 80 títulos, alguns vindos já de anos anteriores, outros fundados e encerrados durante os anos 50, ainda outros iniciados nessa década e cuja publicação se prolongou para décadas posteriores. Para alguns deles nem sempre a orientação político-partidária foi estável; a maioria deles,

⁶² Miguel Artola, *op. cit.*, p. 110.

⁶³ José Tengarrinha, «Imprensa», in *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão), Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, vol. III, pp. 266-272.

⁶⁴ António Augusto Teixeira de Vasconcelos, *O Sampaio da Revolução de Setembro*, Paris, Tipografia Guiraudet, 1859, p. 26.

porém, foram fundados ao longo dessa década explicitamente como órgãos de determinadas parciaisidades ou a elas vieram a aderir de maneira oficial.

Em termos de distribuição cronológica, 35 periódicos, do total de 80 recenseados⁶⁵, foram fundados entre Abril de 1851 e finais de 1855; para a segunda metade da década, sensivelmente, registaram-se 33 novos títulos. Do período anterior a 1851 transitaram, com importância política variada, 12 periódicos. Em termos de distribuição geográfica, os grandes pólos urbanos de Lisboa (33 títulos) e do Porto (21) levavam a primazia. Os restantes núcleos urbanos onde surgiu imprensa político-partidária, «delegada» de Lisboa e do Porto, foram Coimbra, Aveiro, Leiria, Valença do Minho, Viana do Castelo, Braga, Lamego, Beja e, nas ilhas, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal.

A análise da distribuição propriamente partidária fornece boas indicações sobre os equilíbrios políticos dos anos 50. A família do progressismo regenerador, alçada ao poder entre 1851 e 1856, supervisionava nada mais nada menos de 19 periódicos (cerca de um quarto do total), com particular realce para a mítica *A Revolução de Setembro*, a par de alguns outros títulos de menor tiragem e âmbito cronológico, como *O Braz Tisana*, *A Reforma*, *A Regeneração*, *A Esperança*, *A Aurora da Liberdade*, *O Arauto* ou *O Século*. A penetração regeneradora no país mais profundo foi-se desenvolvendo ao longo da década: em 1852, em Aveiro, com *O Campeão do Vouga*, em 1854, em Leiria, com *O Leiriense*, ou, em Valença, com *A Razão*, em 1855, em Braga, com *O Bracarense*, em 1856, em Lamego, com *O Popular*, em 1859, nas ilhas, com *O Funchalense* e *A Terceira*, em Angra.

Depois dos progressistas regeneradores, e talvez ao contrário do esperado, a segunda maior «potência» jornalística era a família do cartismo conservador. Tudo somado, a década de 50 contabiliza 16 jornais cartistas, entre cabralistas puros (4), cabralistas ou cartistas dissidentes (2) e cartistas (10). A diferenciação entre uns e outros é por vezes complicada, mas pode dizer-se que o cabralismo do conde de Tomar só se fez ouvir até 1853 através dos jornais lisboetas *A Lei*, *O Conservador*, *A Imprensa* e *A Justiça*. Os cabralistas ou cartistas dissidentes eram os homens de José Bernardo da Silva Cabral, representados em *O Estandarte* até Novembro de 1851 e resuscitados para a vida política em 1857 através do famoso jornal *Rei e Ordem*. Os jornais cartistas foram aqueles que, com o decorrer da década, mais se foram rendendo ao colaboracionismo transformista representado pelos «avilistas» e progressivamente aliado dos históricos. Começaram nos Açores, donde, note-se, António José de Ávila era natural, com *O Noticiador* e *A Ilha*, de Ponta Delgada, em 1851-1852, para atingirem maior fôlego

⁶⁵ Os resultados da pesquisa feita, a partir das resenhas de periódicos de Augusto Xavier da Silva Pereira, vêm resumidos nos quadros das páginas seguintes.

**Imprensa político-partidária portuguesa
(1851-1861)**

[QUADRO N.º 1]

Ano de fundação	Título	Orientação político-partidária	Localidade	Âmbito cronológico
Principais jornais político-partidários existentes em 1851	<i>Católico (O)</i> <i>Eco Popular (O)</i> <i>Estandarte (O)</i> <i>Lei (A)</i> <i>Nação (A)</i> <i>Nacional (O)</i> <i>Observador (O)</i> <i>Patriota (O)</i> <i>Porto e Carta Portugal (O)</i> <i>Povo</i> <i>Revolução de Setembro (A)</i>	Católico Setembrista patuleia Cabralista dissidente Cabralista Legitimista Progressista setembrista Progressista setembrista Setembrista patuleia Cartista conservador Legitimista Setembrista patuleia Progressista regenerador	Lisboa Porto Lisboa Lisboa Lisboa Porto Coimbra Lisboa Porto Porto Coimbra Lisboa	1851-1858 1847-1860 1847-1851 1849-1853 1847-1889 1846-1870 1847-1853 1843-1853 1851-1862 1851-1857 1846-1851 1840-1892
1851 (Abril- -Dezembro)	<i>Braz Tisana (O)</i> <i>Conservador (O)</i> <i>Correio da Tarde (O)</i> <i>Noticiador (O)</i> <i>País (O)</i> <i>Progressista (O)</i> <i>Reforma (A)</i> <i>Regeneração (A)</i>	Regenerador Cabralista Patuleia clandestino Cartista Progressista histórico Regenerador Progressista ministerial Regenerador	Porto Lisboa Porto Ponta Delgada Lisboa Funchal Lisboa Lisboa	1851-1869 1851-1852 1851 1851 1851 1851-1854 1851-1852 1851
1852	<i>Campeão do Vouga (O)</i> <i>Esperança (A)</i> <i>Ilha (A)</i> <i>Imprensa (A)</i> <i>Justiça (A)</i> <i>Ordem (A)</i>	Regenerador Progressista ministerial Cartista Cabralista Cabralista Cartista	Aveiro Lisboa Ponta Delgada Lisboa Lisboa Funchal	1852-1859 1852-1854 1852-1863 1852-1853 1852-1853 1852-1860
1853	<i>Aurora da Liberdade (A)</i> <i>Concórdia (A)</i> <i>Imprensa e Lei</i> <i>Jornal do Comércio</i> <i>Portuense (O)</i> <i>Portuguez (O)</i> <i>Voz do Operário (A)</i>	Regenerador Democrata Cartista Progressista Progressista histórico Histórico Socialista	Lisboa Porto Lisboa Lisboa Porto Lisboa Porto	1853 1853-1855 1853-1856 1853-1889 1853-1855 1853-1866 1853
1854	<i>Arauto (O)</i> <i>Aveirense (O)</i> <i>Comércio do Porto (O)</i> <i>Conimbricense (O)</i> <i>Leiriense (O)</i> <i>Monarquia (A)</i> Popular (O) <i>Razão (A)</i>	Regenerador Progressista histórico Progressista Democrata Regenerador Legitimista Progressista histórico Regenerador	Lisboa Aveiro Porto Coimbra Leiria Porto Coimbra Valença do Minho	1854-1855 1854 1854-1889 1854-1889 1854-1859 1854-1857 1854-1856 1854-1863

Ano de fundação	Título	Orientação político-partidária	Localidade	Âmbito cronológico
1855	<i>Artista Portuense (O)</i> <i>Aurora do Lima</i>	Socialista Progressista	Porto Viana do Castelo	1855 1855-1889
	<i>Bracarense (O)</i> <i>Fome e o Povo (A)</i> <i>Século (O)</i> <i>Verdade (A)</i>	Regenerador Democrata Regenerador Republicano	Braga Lisboa Lisboa Porto	1855-1872 1855 1855 1855-1857
	<i>Eco da Província (O)</i> <i>Imparcial (O)</i> <i>Imprensa (A)</i> <i>Opinião (A)</i> <i>Ordem Pública (A)</i> <i>Popular (O)</i> <i>Povo (O)</i> <i>Tribuna (O)</i>	Progressista Fusionista Progressista Histórico Cartista Regenerador Ligitimista Democrata	Lisboa Porto Aveiro Lisboa Coimbra Lamego Lisboa Coimbra	1856 1856-1858 1856-1858 1856-1865 1856-1857 1856 1856-1860 1856
	<i>Bem Público (O)</i> <i>Rei e Ordem</i> <i>Oriente</i>	Católico Cartista dissidente Fusionista	Lisboa Lisboa Porto	1857-1877 1857-1860 1857-1859
1858	<i>Conservador (O)</i> <i>Futuro (O)</i> <i>Justiça (A)</i> <i>Parlamento (O)</i> <i>Verdade (A)</i> <i>Vianense (O)</i>	Cartista Grupo de José Estevão Cartista conservador Cartista Regenerador Cartista	Porto Lisboa Funchal Lisboa Funchal Viana do Castelo	1858 1858-1860 1858-1861 1858-1861 1858 1858-1869
	<i>Campeão das Províncias (O)</i> <i>Funchalense (O)</i> <i>Jornal do Porto</i> <i>Terceira (A)</i>	Regenerador Regenerador Progressista Regenerador	Aveiro Funchal Porto Angra do Heroísmo	1859-1889 1859-1861 1859-1889 1859-1889
	<i>Amigo do Povo (O)</i> <i>Bejense (O)</i> <i>Diário Democrático</i> <i>Discussão (A)</i> <i>Época (A)</i> <i>Política Liberal (A)</i> <i>Povo Legitimista (O)</i> <i>Voz do Povo</i>	Progressista histórico Regenerador Republicano Grupo de José Estevão Histórico Grupo de José Estevão Legitimista Regenerador	Porto Beja Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Funchal	1860-1861 1860-1889 1860 1860 1860-863 1860-1862 1860-1861 1860-1889
	1861 (Janeiro- -Novembro)	<i>Democracia (A)</i> <i>Diário do Povo</i> <i>Independência (A)</i> <i>Liberdade (A)</i>	Republicano Grupo de José Estevão Republicano Grupo de José Estevão (Partido Liberal)	Porto Porto Porto Lisboa

Nota.— Os títulos assinalados a negro são os dos jornais político-partidários mais importantes da década de 1850.

Fonte: Augusto Xavier da Silva Pereira, *O jornalismo português. Resenha cronológica de todos os periódicos portugueses extraída do Dicionário Jornalístico Português*, Lisboa, Typographia Soares, 1895.

**Imprensa político-partidária portuguesa
(1851-1861)**

[QUADRO N.º 2]

Orientação político-partidária	Número de jornais
Cabralista	4
Cabralista dissidente	2
Cartista	10
Católico	2
Democrata	4
Fusionista	2
Grupo de José Estêvão	5
Histórico	7
Legitimista	5
Patuleia	4
Progressista	10
Regenerador	19
Republicano	4
Socialista	2
<i>Total</i>	80

partidário com o *Imprensa e Lei*, de Ávila e Mendes Leal, a partir de 1853. *O Parlamento*, fundado em 1858, foi também um caso interessante de cartismo centrípeto, todavia entregue ao próprio conde de Tomar, em nítida aproximação aos regeneradores nos finais da década de 50.

A esquerda monárquica portuguesa constituía um campo político de contornos muito mais confusos do que a direita e, sobretudo, de fronteiras limítrofes muito indefinidas. Daí que as fontes da época, nomeadamente as resenhas jornalísticas de Silva Pereira, revelem insuperáveis dificuldades na arrumação dos jornais pelas diversas sensibilidades mais ou menos «esquerdistas». Os resultados apurados são uma indicação disso e devem ser encarados com a necessária latitude.

Entre 1851 e 1861 existiram 4 jornais «democratas», 4 jornais «patuleias», 10 jornais «progressistas» e 7 jornais «históricos». A distinção entre jornais democratas e patuleias, feita por Silva Pereira, é, para quem conhece a semântica da época, bastante impalpável. Entre os periódicos democratas contam-se *O Conimbricense* e *O Tribuno*, fundados em Coimbra em 1854 e 1856, respectivamente. Dos patuleias *O Eco Popular*, *O Patriota*, *O Povo* e *O Correio da Tarde*, somente o primeiro ultrapassou o ano de 1853, prolongando-se até 1860. De entre todos, o desaparecimento do radical *Patriota*, substituído por *O Portuguez* em Abril de 1853, adquiriu um significado político importante, marcando como que o culminar de um processo de

deprecimento político da extrema-esquerda radical, iniciado com o fracasso revolucionário de 1848.

No centro-esquerda podem considerar-se localizados os títulos tidos como meramente progressistas ou especificamente históricos. Dos anos 40 transitaram o famoso *O Nacional*, do Porto, e *O Observador*, de Coimbra. Mas logo em 1851, com as primeiras desinteligências no interior do bloco centrista de apoio à Regeneração, surgiu a primeira publicação anti-saldanhista — *O País*, a tribuna crítica de Alexandre Herculano, fundado em Julho de 1851. Seguiu-se depois, em 1853, e quase em simultâneo, o lançamento de *O Portuense*, no Porto, e de *O Portuguez*, o periódico oficial do Partido Histórico, em Lisboa. Em 1854 o centro-esquerda fundaria *O Aveirense* (consta que em resposta directa ao *Leiriense regenerador*) e *O Popular*, em Coimbra. Inicialmente mais «loulelista» do que especificamente histórico, destacar-se-ia ainda *A Opinião*, título aparecido em Dezembro de 1856.

O quadro da pluralidade partidária dos anos 50 completa-se se se referir a presença, evidentemente num segundo plano, de órgãos de imprensa mais específicos. A Igreja católica subsidiava dois jornais (*O Católico* e *O Bem Público*, o órgão de defesa das Irmãs da Caridade, em 1858), politicamente partidários, na medida em que apareciam muito próximos da imprensa legitimista. Esta tinha cinco jornais: sobre todos, *A Nação* (o segundo mais duradouro jornal oitocentista, depois de *A Revolução de Setembro*), em Lisboa, e *O Portugal*, no Porto, coadjuvados por *A Monarquia*, fundado no Porto em 1854, e *O Povo*, fundado em Lisboa em 1856, depois refundido e continuado em *O Povo Legitimista* em 1860-1861.

Uma nota curiosa, mas exemplificativa do clima político de então — reconciliador, centrista e fusionista —, é fornecida pela existência de dois periódicos cuja orientação político-(a-)partidária era, justamente, «fusionista»: *O Imparcial*, jornal lisboeta dos anos de 1856-1858, e *O Oriente*, jornal portuense dos anos de 1857-1859.

À parte o legitimismo, e mesmo este, como se verá, apresentando óbvios sinais de colaboracionismo com os liberais a partir de 1856, as alternativas exteriores ao sistema político da Regeneração eram perfeitamente minoritárias. A custo, podem recensear-se quatro jornais republicanos e dois socialistas, porventura mais como résteas ainda daquele republicanismo e socialismo utópicos e românticos de 1848 do que como antecipações do arranque dessas ideologias nos anos 70.

O primeiro jornal republicano da década é o portuense *A Verdade*, entre 1855 e 1857. Depois disso, as expressões de republicanismo surgem todas já na viragem para a década de 60, transição crucial no processo político da Regeneração, pois é então que começam a medrar novos fenómenos de «radicalismo» político: é *O Diário Democrático*, fundado em Lisboa nesse mesmo ano de 1860, e os portuenses *A Democracia* e *A Independência*, surgidos

no Porto em 1861. Quanto ao socialismo dos anos 50, é pouco mais do que simbólico. Animou apenas durante alguns meses de 1853 o jornal *A Voz do Operário*, o órgão do Centro Promotor do Melhoramento das Classes Laboriosas, cujo presidente, deve anotar-se, era o ex-socialista-agora-regenerador Rodrigues Sampaio! O outro periódico socialista da década foi *O Artista Portuense*, que circulou na capital nortenha durante o ano de 1855.

No final da década de 50, a ruptura de José Estêvão Coelho de Magalhães com o Partido Regenerador e o seu consequente retomar de uma tradição de combate progressista pré-1851 levá-lo-iam a um deslizamento para a esquerda monárquica, consubstanciado, em 1861, na tentativa de lançamento de um «partido liberal» de progressistas reformistas, iniciativa que marca uma novidade importante no panorama político português da viragem da década. Ora o grupo de José Estêvão é algo que começa a desenhar-se na imprensa a partir de 1858, altura em que o próprio funda em Lisboa, e ainda na órbita oficial dos regeneradores, o jornal *O Futuro*. A partir de 1860, desgostado com Aguiar e Fontes, enveredou pela dissidência pessoal em busca de uma nova plataforma de apoio. Aquilo a que poderá chamar-se a «nova esquerda» de José Estêvão do início dos anos 60 consubstancia-se em quatro jornais de títulos prenunciadores da fermentação ideológica que esperava o *status quo* regenerador nessa nova década: *A Discussão* e *A Política Liberal* (em 1860), *O Diário do Povo* e *A Liberdade* (em 1861).

Reduzido à sua expressão mais simples, o panorama da imprensa político-partidária portuguesa na década de 50 gravitava em torno de um punhado de jornais decididamente formadores da «opinião pública», com os limites que devem assacar-se a esta expressão nos meados do século passado. Acima de tudo, eram eles que marcavam a agenda política e que pressionavam ou defendiam os governos. Nos extremos políticos, em processo de cooptação ou extinção, destacava-se *A Nação*, legitimista, e *O Patriota*, da esquerda radical de Leonel Tavares Cabral. Noutro campo, a extrema-direita liberal testemunhou as suas metamorfoses internas e a sua gradual aproximação ao centro na evolução que parte de *A Lei* ou de *O Estandarte* para o *Imprensa e Lei* e para *O Parlamento*. Finalmente, o *establishment*, o centro, o progressismo desenvolvimentista do modelo regenerador, dividia-se por *A Revolução de Setembro*, o jornal que José Estêvão e Mendes Leite haviam fundado em 1840 e que nos anos 50 faria a fama pública de Rodrigues Sampaio, Lopes de Mendonça ou Latino Coelho, e por *O Portuguez*, lançado por Manuel de Jesus Coelho, Jacinto Santa Ana de Vasconcelos e Alexandre Herculano a partir de 1853. Estes dois jornais representavam duas parcialidades que só de forma lenta e entrecortada se diferenciaram efectivamente, na medida em que, entre outras razões, não representavam duas filosofias de governação diametralmente opostas, permitindo uma interessante contiguidade de programática entre regeneradores e históricos.

Aliás, fosse a disputa de bandeiras mútuas por parte de um e de outro, fosse a conflitualidade alimentada pelas respectivas parcialidades nas eleições ou no parlamento, o relacionamento entre *A Revolução de Setembro* e *O Portuguez* foi uma verdadeira novela na década de 50⁶⁶. *O Portuguez* ressentiu-se sempre do facto de ser um jornal originariamente de dissidentes que a custo tinha de ir buscar bandeiras ao projecto da Regeneração. Invejava, portanto, a posição «estabelecida» e privilegiada de *A Revolução*, que, como jornal oficial da situação entre 1851 e 1856, se permitia uma plasticidade ideológica notável. Foi para *A Revolução* que foram não só os regeneradores, mas todos os ex-qualquer-coisa convertidos ao progressismo fomentador: ex-republicanos, ex-socialistas, ex-revolucionários. O segredo da invulgar longevidade de *A Revolução* residia precisamente aí — no facto de ser o mais fusionista jornal do seu tempo. Um dia o despeitado Alexandre Herculano notou o facto e escreveu uma crítica: «*A Revolução de Setembro* vive em guerra consigo mesma [...] acampam debaixo da mesma tenda os prosélitos do socialismo e os sectários da escola economista [...] o livre-echangista descabelado dá a mão ao moderado proteccionista⁶⁷.» Por sua vez, *A Revolução de Setembro* hostilizava *O Portuguez* por compreender, e bem, que o mesmo caçava nos seus terrenos programáticos e ajudava a cavar uma divisão entre a parcialidade regeneradora do centro-direita e a parcialidade dissidente, depois histórica, do centro-esquerda, facto que comprometia o modelo de reconciliação liberal proposto em 1851.

Este conjunto de indicações acerca da organização interna, actividade eleitoral e expressão jornalística chega para fazer ressaltar a identidade específica das parcialidades dos anos 50, quer face ao puro faccionalismo do período pré-1851, quer face aos clássicos partidos de notáveis do rotativismo das décadas de 70 e 80.

Pese embora o facto de esta temática específica já estar a jusante do período aqui analisado, ainda assim é necessário registar que, apesar de até finais da monarquia os agrupamentos políticos terem continuado «a evidenciar um baixo grau de institucionalização e diferenciação», não é menos verdade que, durante os anos 70 (atenção à fronteira cronológica), «mercê da expansão do sufrágio e do receio da concorrência dos novos agrupamentos radicais surgidos à margem da instituição parlamentar, os partidos dinásticos adquirem indu-

⁶⁶ Alguns *fait-divers* permitem colorir a intriga: Rodrigues Sampaio e Santa Ana de Vasconcelos, respectivamente redactores-chefes de *A Revolução* e de *O Portuguez*, chegaram a bater-se em duelo em Setembro de 1854. Além disso, em Outubro de 1857 a redacção de *O Portuguez* pressionou o ministro histórico Groumicho Couceiro a subornar Sampaio com a oferta, recusada, de um lugar no Tesouro ou no Tribunal de Contas (António Teixeira de Vasconcelos, *op. cit.*, pp. 112 e 114-115).

⁶⁷ *O Portuguez*, 20-5-53.

bitavelmente uma maior consistência e estabilidade organizativa, verificando-se até tentativas de demarcação no plano doutrinário»⁶⁸.

O melhor sintoma disso é a modernidade revelada pelo Partido Progressista a partir de 1876: foi o primeiro partido português a dotar-se de um regulamento interno, definindo órgãos permanentes de direcção e delimitando esferas de competência; o primeiro a estabelecer periodicidade «extra-eleitoral» para a sua assembleia geral; o primeiro a prever a regulamentação estatutária da condição de filiado; o primeiro a dotar-se de uma rede de centros locais compacta e de actividade periódica; o primeiro a apostar «em massa» na imprensa política regional, sobretudo nos anos 80; o primeiro a utilizar circulares internas e folhas timbradas; o primeiro a publicar um verdadeiro programa doutrinário, com uma exposição justificativa, bastante mais amplo do que os tradicionais «manifestos eleitorais»⁶⁹. Por contraposição com os progressistas, a competirem directamente com a crescente *masspolitik* republicana, o Partido Regenerador pareceu sempre ancorado nos pressupostos fundadores que lhe vinham dos anos 50. A sua dinâmica organizativa nunca deu (em boa verdade porque também nunca precisou de dar) um salto qualitativo modernizante; quando à codificação programática, nunca a estabeleceu formalmente nem a passou a escrito⁷⁰.

Outros aspectos permitem entrever as diferenças que existem entre a (pouca) solidez das parcialidades políticas dos anos 50 e a dos «partidos de notáveis» do rotativismo da segunda fase da Regeneração. Uma vez superados os conturbados anos da segunda metade da década de 60, dominados pelo espectro da crise, da instabilidade governamental e da fragmentação e efemeridade dos agrupamentos e acordos partidários, os anos 70 e, sobretudo, 80 vieram a assistir a um reforço da acalmia política e do modelo centrípeta da Regeneração, com específicas consequências ao nível dos partidos políticos, sobretudo nas eleições e nos alinhamentos parlamentares. Como Pedro Tavares de Almeida salienta, as «eleições de luta» dos anos 60 e 70 dão lugar a «eleições de acalmia», traduzindo a (quase) inexistência de confronto eleitoral entre as forças políticas e o carácter já bastante institucionalizado da mecânica do acordo⁷¹. Sobretudo após a reforma eleitoral de 1884 nota-se um

⁶⁸ Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, p. 122.

⁶⁹ V., acerca da modernidade do Partido Progressista, Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, pp. 637-638, Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista*, pp. 124-125, e Fernando José Grave Moreira, *José Luciano de Castro. Itinerário, Pensamento e Acção Política*, Lisboa, FCSH/UNL, 1992, p. 124 (organograma do Partido Progressista).

⁷⁰ Trindade Coelho, *op. cit.*, p. 635. Como dizia Oliveira Martins, no final dos anos 80 «o Partido Progressista [...] era muito mais um partido, no sentido histórico da palavra, que as hostes ou bandos, ou clientelas, enfeixadas pela arte do sr. Fontes» («Os partidos políticos», in *A Província*, t. iv, pp. 190-191).

⁷¹ Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, pp. 153-154.

impulso para a maior coesão dos partidos dinásticos e das respectivas representações parlamentares. Ou seja: «a progressiva coalescência das redes de notáveis locais em torno de dois partidos principais» veio arrumar melhor o sistema político, determinando que, apesar da «persistência de fronteiras porosas e indefinidas entre eles e da sua permeabilidade às disputas de facção», se observasse uma «maior estabilidade das identificações e vínculos partidários e também uma maior consistência organizativa dos partidos»⁷². Numa palpável evolução face à dominante indistinção «fusionista» dos anos 50, tornam-se, por exemplo, cada vez mais raros os candidatos independentes, isto é, apartidários, mais raros também os que de uma eleição para a outra mudam de campo político, ao mesmo tempo que, «reflectindo uma crescente dinâmica bipolar na vida política nacional», os parlamentos surgem já mais disciplinadamente arrumados sob o controle dos partidos da rotação. A prova é que se torna visível a tendência dominante para as representações parlamentares de cada um dos dois partidos serem mais nitidamente identificáveis, variando pendularmente, consoante estavam no poder ou na oposição⁷³.

Nos anos 50, época de transição e experimentação, a retórica de apelo à reconciliação nacional apartidária, bem como a incipiência das formações políticas em cena, ditavam que estas ainda se cruzassem, sobrepujassem e hostilizassem na imprensa, nas eleições e no parlamento. Embora já não se vivesse a pulverização faccionalista do período de 1834-1851, própria de uma época em que nem os mínimos pressupostos de legalidade constitucional estavam estabelecidos, vivia-se ainda num sistema pluripartidário de parcialidades, que nunca teve menos de quatro (e não dois) participantes. A mecânica do acordo eleitoral era ainda apenas uma miragem: na luta quotidiana pela ocupação desse espaço político privilegiado que era o centro, as parcialidades ainda revelavam indícios de se guerrearem fraudulentamente, de se denunciarem publicamente e de se coligarem casuisticamente. Correlativamente, os «partidários» dos anos 50 não conheciam o conceito rotativista de «filiado»; ao invés, orgulhavam-se de serem patriotas independentes e mudavam frequentemente de campo, consoante o interesse ou a oportunidade, inclusivamente dentro de um mesmo parlamento, o que baralhava largamente os equilíbrios políticos e as configurações partidárias da representação nacional.

⁷² Id., *ibid.*, pp. 160-161.

⁷³ Id., *ibid.*, pp. 161-162. A Espanha conheceu um processo semelhante e cronologicamente paralelo ao de Portugal: a partir da Restauração (isto é, nos anos 70), a designação de candidatos experimenta um processo de centralização que favorece o controle exercido tanto pelos governos como pelos partidos, instituições paralelas cujos organismos centrais, à medida que desenvolvem as suas comunicações interiores, vão incrementando a influência que exercem no país (Miguel Artola, *op. cit.*, p. 107).

Na realidade, e embora a problemática do comportamento partidário individual dos parlamentares não tenha sido aqui abordada, é possível afirmar que a principal imagem que se apura neste particular é a da geral pulverização e inconstância dos grupos representados, cuja configuração não cessa nunca de alterar-se ao ritmo das votações, nunca se deixando retratar de forma estática. A inexistência de disciplina parlamentar, fruto da fluidez dos próprios contornos partidários, ditava uma variedade de comportamentos e de opções individuais de voto, facto que se traduzia em afinidades efémeras, alianças mais ou menos casuísticas e desintegração progressiva dos grupos e maiorias governamentais e oposicionistas. Em suma, no parlamento, como nas eleições ou na imprensa, a omnipresente vocação centrista que presidiu à Regeneração, diluidora de fronteiras estáveis e alinhamentos diferenciados, ditava as suas regras e as suas leis, forjando, dentro da representação nacional, uma matriz de *dominante indistinção partidária*, que só seria corrigida, e com os limites a que o século XIX sempre obrigou, a partir dos anos 70, com a maior coesão das representações parlamentares e a maior disciplina de voto, alcançadas através da prática do rotativismo bipartidário.